



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**Escola de Administração da UFBA**  
Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA.



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA – III CEGESP**

ANDRÉ AUGUSTO BARRETO OLIVEIRA  
LUCÉLIA OLIVEIRA ALMEIDA

**A SEGURANÇA PÚBLICA NO CENTRO ANTIGO  
DE SALVADOR: UMA QUESTÃO POLICIAL OU  
UM PROBLEMA SOCIAL?**



**PROGESP**

*Programa de Estudos, Pesquisas & Formação Em Políticas & Gestão de Segurança Pública - PROGESP*

**REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA -  
RENAESP/SENASP/MJ**

Ministerio da Justiça  
SENASP



## **A SEGURANÇA PÚBLICA NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR: UMA QUESTÃO POLICIAL OU UM PROBLEMA SOCIAL?<sup>1</sup>**

## **LA SEGURIDAD PÚBLICA EN EL CENTRO ANTIGUO DE SALVADOR: ¿UNA CUESTIÓN POLICIAL O UN PROBLEMA SOCIAL?**

André Augusto Barreto Oliveira\*  
Lucélia Oliveira Almeida\*

### **RESUMO:**

Neste artigo, busca-se identificar aspectos, relacionando-os com a percepção negativa disseminada acerca da segurança pública no Centro Histórico de Salvador e com as estatísticas policiais, colocando em perspectiva a atuação policial neste contexto. O trabalho revelou uma região onde o consumo de drogas é aparente e os índices de furtos e roubos a transeuntes são significativos, mas que não figura entre as mais violentas de Salvador. Estas características, associadas à visibilidade proporcionada pela sua importância histórica e aos problemas sociais ali presentes, constituem um território peculiar, que representa um desafio para a Segurança Pública.

**Palavras-chave:** Centro Histórico de Salvador. Espaço urbano. Segurança Pública.

### **RESUMO:**

En esta publicación buscarse identificar factores sociales y aspectos referentes a la ocupación del espacio urbano presentes en el Centro Historico de Salvador, relacionándolos con la percepcion negativa diseminada referente a la seguridad publica en el local y con las estadisticas policiales, colocando en perspectiva la actuación policial en este contexto. La investigación reveló una región en la cual el consumo de drogas es aparente y los indices de furtos e robos en transeuntes son significativos, pero que, aún así, no figura entre las más violentas de Salvador. En estas características, asociadas a la visibilidad proporcionada por su importancia historica y a los problemas sociales allí presentes, componen un territorio peculiar, que representa un desafío para la Seguridad Publica.

**Palabras Llaves:** Centro Historico de Salvador. Espacio Urbano. Seguridad Publica.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso que tem como função a obtenção do grau de especialista em Políticas e Gestão da Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, conveniados com a RENAESP, PROGESP E UFBA. O estudo foi orientado pelo Prof. Dr. Robinson Moreira Tenório, 2009.

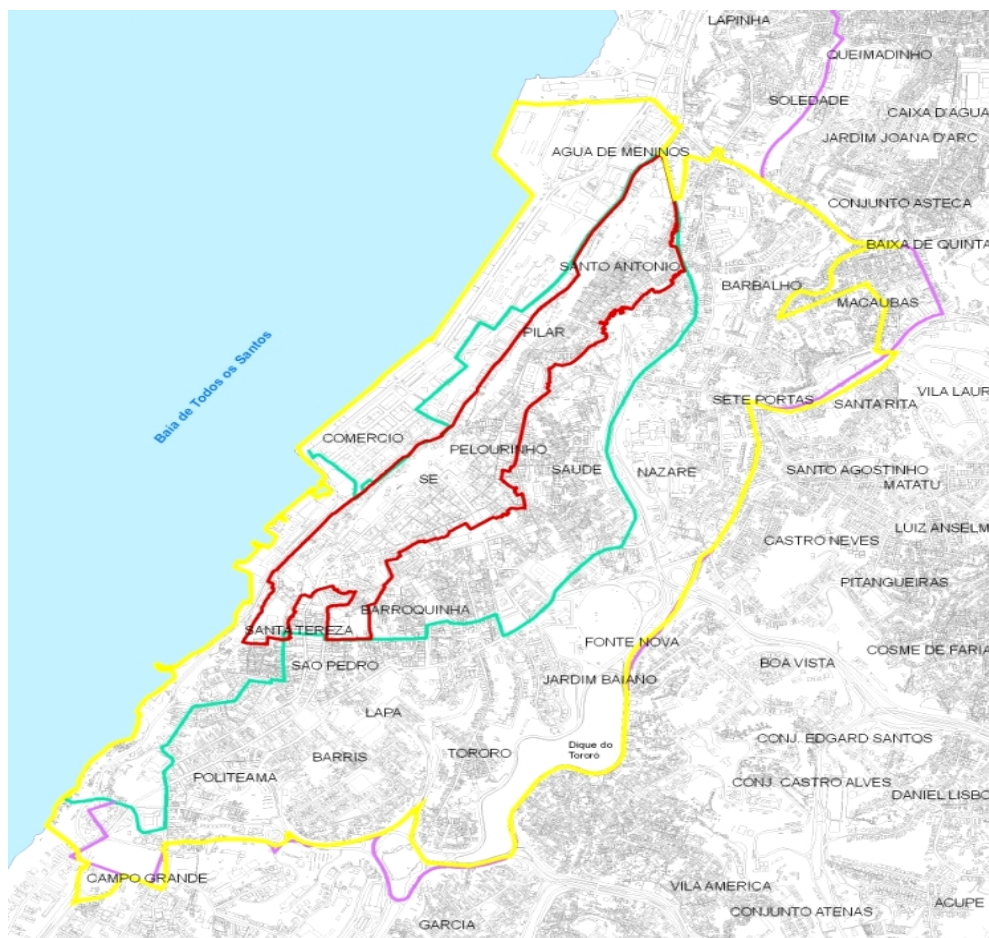
\* Graduandos do Curso de Especialização em Políticas e Gestão da Segurança Pública, Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador/BA.  
[andre\\_aboliveira@hotmail.com](mailto:andre_aboliveira@hotmail.com) e [lucelia@ssp.ba.gov.br](mailto:lucelia@ssp.ba.gov.br).

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o processo de revitalização iniciado na década de 1990, a segurança pública tem sido apresentada como prioridade dos governantes desde então. Ações concretas foram implementadas nesse sentido, como a criação e a instalação no Centro Histórico da primeira Delegacia Especializada no atendimento ao turista, e da primeira central permanente de monitoramento eletrônico em área urbana da Secretaria da Segurança Pública – SSP.

A partir de 2007, porém, estabeleceu-se um novo modelo de revitalização, visto que o anteriormente adotado, com ênfase na destinação comercial dos imóveis em detrimento da população residente, mostrou-se insustentável. Assim, o Governo da Bahia criou, em outubro daquele ano, através do Decreto nº. 10.478, o Conselho Gestor e o Escritório de Referência – ER.CAS do Centro Antigo de Salvador, sendo aquele composto por cinco Secretarias de Estado: Secretaria de Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Turismo, Secretaria de Promoção da Igualdade e Secretaria da Segurança Pública. Passou-se, então, a buscar soluções não apenas para a área do CHS correspondente à poligonal de tombamento, objeto deste trabalho, mas para uma região mais ampla, denominada de Centro Antigo de Salvador – CAS, que se estende do Largo de Santo Antônio Além do Carmo até o Campo Grande, incluindo também os seguintes bairros: Comércio, Barbalho, Nazaré, Barris e Politeama.

Apesar de todas as intervenções estatais, vive-se hoje um novo declínio na região. O movimento de visitantes diminuiu significativamente e as queixas proliferaram-se sobre os mais diversos temas, que, associados, compõem um cenário de insegurança, cujas causas parecem extrapolar as ações policiais, pois, dentro da conjuntura atual da violência na cidade de Salvador, o CHS não figura entre as áreas mais críticas. Então qual a razão para a disseminação da idéia de insegurança no local?



**FIGURA 01 de 02**  
**ASSUNTO:** Mapa do Centro Antigo de Salvador  
**FONTE:** Secretaria da Segurança Pública  
**LEGENDA:**

- POLIGONAL DE TOMBAMENTO – IPHAN / UNESCO (1984)
- ÁREA DE PROTEÇÃO RIGOROSA MUNICIPAL
- ÁREA CONTIGUA À PROTEÇÃO RIGOROSA MUNICIPAL
- ÁREA DO CENTRO ANTIGO

Este trabalho se propõe a analisar determinados fatores que parecem guardar relação direta com a Segurança Pública, apesar de a maioria não ser afeta à Polícia, relacionando-os com a percepção de insegurança, e com as estatísticas policiais, colocando em perspectiva a atuação policial neste contexto.

## 2. O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

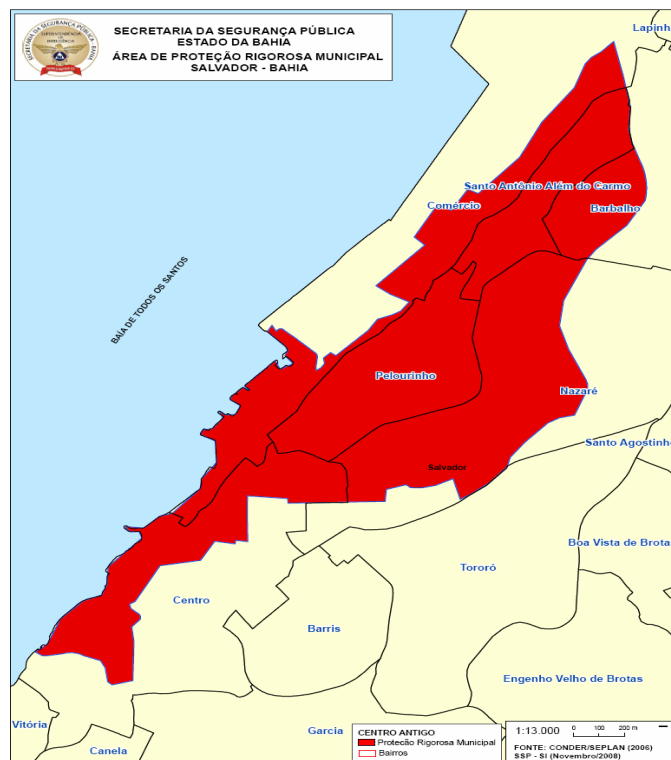
A área atualmente inserida no Centro Antigo de Salvador – CAS, correspondente à poligonal de tombamento, neste trabalho referida como Centro Histórico de Salvador – CHS, sempre teve grande importância para a cidade, ainda que a ela tenha se dado destinações diversas ao longo da história. De Centro Administrativo e bairro nobre a local de concentração de cortiços, de pontos de prostituição e de tráfico de drogas, a região experimentou na última década no século XX um processo de revitalização que parecia ter resgatado definitivamente o valor que teve até meados do século passado. Entretanto, quinze anos depois, inicia-se uma nova fase de declínio, com o esvaziamento do local e queixas recorrentes de moradores, comerciantes e empresários sobre novos e antigos problemas, dentre os quais a segurança pública.

Região a partir da qual a cidade cresceu, o Centro Histórico passou a abrigar, a partir do século XVI, a sede da administração local e, posteriormente, as residências dos senhores do açúcar, dos comerciantes e dos funcionários públicos. Durante o século XX, porém, as classes mais altas migraram para os bairros do Campo Grande, Vitória, Graça, Canela e Barra. Estes e outros bairros mais distantes passaram a ser atraentes na medida em que se consolidavam os meios de transporte coletivo (bonde sobre trilho, bonde elétrico, ônibus, etc). No final da década de 1940 iniciou-se um movimento de imigração oriundo do Recôncavo e do sertão baiano, com os imigrantes concentrando-se principalmente no CHS, onde os imóveis começaram a ser subdivididos e sublocados, constituindo-se em cortiços, o que contribuiu para a alta densidade populacional registrada à época e para a degradação das edificações.

A área foi progressivamente se deteriorando, chamando a atenção dos órgãos e entidades ligados ao patrimônio cultural. A pedido do então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN a UNESCO enviou o arquiteto e consultor MICHEL PARENT, o qual, em 1967, propôs o tombamento de todo o centro, ressaltando o seu potencial turístico e cultural. No mesmo ano, o Governo do Estado criou a FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA, transformada em autarquia, em 1980, com o nome de INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA – IPAC. Dois anos antes, a Lei

3.660 criara o Plano Diretor do Pelourinho – PLANDIP, atribuindo ao IPAC, o poder de tombam bens culturais a nível estadual.

Em 1983 a Lei Municipal nº 3.289 atribuiu ao CHS e seu entorno a condição de Área de Proteção Rigorosa e Área Contígua à de Proteção Rigorosa, respectivamente. Nos anos seguintes, o CHS foi finalmente tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (1984) e declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (1985).



**FIGURA:** 02 de 02

**ASSUNTO:** Poligonal de Tombamento do Centro Histórico de Salvador

**FONTE:** Secretaria da Segurança Pública

Em 1991 o IPAC apresentou o projeto de restauração do Pelourinho, cujas obras iniciaram-se no ano seguinte, encontrando-se atualmente na sétima etapa. Este projeto contou com recursos do Governo no Estado, da Embratur e de bancos de fomento internacionais, tendo como objetivo inicial a reforma dos prédios e a melhoria da infra-estrutura, a fim de transformar o CHS em área exclusiva de turismo e comércio, atraindo empresários e comerciantes com incentivos governamentais. O conceito assemelhava-se ao de um shopping a céu aberto, o que era incompatível com a permanência dos moradores. Por esta razão, cerca de 350 famílias deixaram suas residências, mediante indenização.

À medida que as etapas eram concluídas, o CHS recebia um número maior de visitantes, não apenas turistas, mas os próprios moradores da capital. Diversos bares, restaurantes e lojas foram abertos, seguindo a proposta do governo estadual.

### **3. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E VIOLÊNCIA**

O crescimento exponencial dos centros urbanos na última metade do século passado produziu, além da grande concentração populacional nas metrópoles, reflexos avassaladores na segurança pública e nos índices de desenvolvimento humano no Brasil. Naquele período, o processo de industrialização atraiu milhões de brasileiros, que deixaram o interior para se estabelecer nas periferias das grandes cidades de forma irregular, em terrenos públicos e particulares, os quais nos anos subseqüentes se transformaram em bairros. Isto traduz a ausência do Poder Público, a sua omissão quanto à fiscalização das áreas, quanto ao planejamento para a ocupação e a conseqüente ausência de serviços públicos essenciais. Como não existe vácuo no poder, nestas localidades este foi assumido pela criminalidade, especialmente pelos traficantes, tornado-se uma realidade vivida por diversas cidades, em maior ou menor grau.

Milton Santos afirma que é “impossível imaginar uma cidadania completa que prescindia do componente territorial, pois como o indivíduo depende do lugar que está, a igualdade dos cidadãos supõe uma acessibilidade semelhante para todos aos bens e serviços”, pois em um território onde a localização dos serviços essenciais for deixada à mercê do mercado, resultará em aumento das desigualdades sociais (SANTOS, 2007, p. 144). Naturalmente, nestas situações, é grande a demanda social por ações estatais que garantam a prestação dos serviços públicos, especialmente a segurança. Ocorre que, o resultado da precariedade de serviços como saúde, educação e transporte público não têm o mesmo impacto do que um deficiente sistema de segurança pública. Para aqueles outros, há alternativas na iniciativa privada disponíveis para as classes privilegiadas, o que restringe a repercussão às camadas mais baixas da pirâmide social, justamente as que não são formadoras de opinião. Quando se fala em segurança pública, entretanto, os efeitos são sentidos transversalmente por todo tecido social, ainda que em intensidades variadas, pois o medo de engrossar as estatísticas policiais tem

levado as classes detentoras do poder econômico a buscar moradias cada vez mais fortificadas, no intuito de protegerem-se da violência dos socialmente excluídos. Estes efeitos, assim, são mais sentidos nas áreas ocupadas pela faixa mais pobre da população onde tem-se observado o surgimento do que pode ser descrito como territórios da violência, fruto da combinação de fatores como a excessiva valorização do espaço urbano e a exclusão social, criando um ambiente propício para o crescimento da violência urbana (FERREIRA, I. C. B. & PENNA, N. A., in PAVIANI, Aldo, 2005. p. 155).

Nas sociedades capitalistas modernas a violência se apresenta disseminada em todas suas esferas, de forma multifacetada. Dentre estas diversas formas, destaca-se a violência urbana, que, em conjunção com outros fatores, compõem a base real da violência.

Violência urbana não significa apenas aquela cometida no espaço urbano, mas a que resulta da organização social estabelecida nas cidades, baseadas no modo de produção. O modelo capitalista de crescimento econômico induz, inexoravelmente, à migração do campo para os centros urbanos, como tem acontecido há décadas no Brasil, provocando as grandes concentrações populacionais nas metrópoles e a divisão das cidades entre favelas/periferia (onde estão os menos favorecidos economicamente) e os condomínios fechados, reproduzindo de forma concreta um estado de desigualdade social, sendo esta a base que dá origem às diversas formas de violência existentes no espaço urbano.

Este modelo se reproduz em diversos segmentos da vida social, agravando e acirrando a disputa entre as classes no espaço urbano. Segundo Milton Santos, o valor do indivíduo depende do lugar em que ele se encontra (SANTOS, 2007, p. 139), não se tratando apenas de exclusão social, mas sócio-espacial, provocando, entre outros, o fenômeno da favelização. Tal cisão reflete-se claramente na propriedade privada, tendo sua tradução mais concreta nas residências e nos meios de transporte dos indivíduos que compõem cada uma destas classes, demonstrando um abismo quase que intransponível entre elas. Há, entretanto, outros espaços onde a violência também é exercida, como o ambiente de trabalho e as instituições escolares, recreativas e hospitalares, retirados pelo estado dos espaços “favelizados”.

A violência urbana, por outro lado, pode ser efetivada de forma explícita, através dos crimes ou mesmo do uso da força pelo Estado, por meio de suas

instituições, como as Polícias e o Poder Judiciário, ou de maneira implícita, de forma que a classe mais vulnerável não perceba de forma nítida que está sendo vítima de violência, ainda que sinta seus efeitos. Para esta, pode contribuir, significativamente, os meios de comunicação de massa de alguma forma comprometidos com o poder político.

Outros aspectos da vida social também estão relacionados com a violência urbana, como a falta de alimentos (qualitativa e quantitativa), a cobrança de impostos, o controle implícito sobre o trabalhador, através da organização do tempo, de placas de sinais, símbolos, semáforos e da própria burocracia.

A violência urbana é, portanto, um fenômeno mundial crescente, cuja superação depende da modificação da relação de dominação presente na base que lhe dá origem. É inegável que o espaço urbano, como um produto coletivo que se caracteriza pela aglomeração de pessoas, atividades e edificações, reflete as transformações históricas sofridas ao longo de sua ocupação, devendo-se considerar os fatores econômicos e sociais presentes naquele território para a devida compreensão do seu processo de ocupação e, a partir desses dados, possibilitar o necessário planejamento urbano, inclusive as ações de policiamento em cada território.

A arquitetura das cidades e a ocupação dos seus espaços também sofrem influência e se moldam de acordo com fatores diversos, dentre eles a violência urbana. Os condomínios fechados, os muros altos, os sistemas de vigilância eletrônica são reflexos do pavor que acomete as classes mais altas de serem vítimas dessa violência. Entretanto, no intuito de se protegerem, fazem surgir verdadeiros feudos, na tentativa de anular as conseqüências das relações sociais existentes. Entretanto, os grandes muros agravam ainda mais a exclusão do restante da população, tornando o tecido social ainda mais frágil e produzindo como efeito indesejável o encrudescimento da violência urbana. O surgimento destas áreas entrincheiradas fazem supor a existência de territórios conflagrados ou territórios da violência, conforme dito anteriormente. Estes, por sua vez, se formam na ausência do Estado em determinado espaço urbano. O papel do Estado passa, então, a ser exercido por outros segmentos, produzindo uma “economia do crime” no local, das quais o tráfico de drogas e as milícias são os exemplos mais atuais. Estes espaços são, via de regra, ocupações recentes, nas quais não houve tempo suficiente para a consolidação das relações pessoais e o conseqüente

fortalecimento do tecido social. Tal fato ocorre porque, como não houve um planejamento prévio para a ocupação daquela área, cria-se um aglomerado urbano, onde pessoas convivem na precariedade plena, distantes das ações dos órgãos estatais (à exceção da repressão policial), sendo-lhes negado o acesso ao saneamento básico, energia, educação, saúde, segurança, dentre outros. Ausente o Estado, os mais fortes impõem sua dominação aos mais fracos, criando um ambiente de terror, permeado pelo crime, e alçando toda comunidade à condição de alvo do sistema penal. Esta pode ser considerada, em linhas gerais, a mola mestra do estágio inicial da violência urbana ou do surgimento do território da violência, um dos fatores da segregação espacial que, por sua vez, agrava a exclusão social, isolando ainda mais aquelas comunidades, num ciclo vicioso que se retroalimenta, e cuja quebra depende da atuação efetiva do Estado naquele território.

Esta atuação é mais premente nas ocupações recentes, pois verifica-se nas comunidades mais antigas que a solidariedade cultivada entre os seus membros cria um tecido social mais denso, o que, de certa forma, consegue repelir a instalação de uma “economia do crime”. Estas relações configuram uma organização social, ainda que precária, a qual, em certa medida, minimiza a ausência do Estado. Esta rede de amparo, baseada nas relações de amizade e solidariedade e fortalecidas pelo sentimento de identidade com o território, atua como barreira ao estabelecimento da “economia do crime”.

O abismo existente entre aqueles territórios reflete a desigualdade no acesso a bens e serviços essenciais, sejam públicos ou privados. A maioria da população é privada desses serviços que, legalmente, deveriam ser universais. Não por acaso, a sua distribuição é diretamente proporcional ao poder aquisitivo dos moradores das diferentes áreas, o que se traduz em uma perniciosa equação na qual o valor do indivíduo como cidadão é avaliado em razão do lugar (espaço) que ocupa. As condições existentes em cada região determinam a desigualdade no valor das pessoas, e tais distorções fazem com que elas passem a valer em função do lugar onde vive, sendo necessário corrigir estas distorções em benefício da cidadania.

A distribuição da população no território urbano sofre influência não apenas das ações (ou omissões) governamentais, mas também do mercado, resultando em medidas impositivas concretizadas, muitas vezes, nas transferências

compulsórias de comunidades, como ocorreu nas primeiras etapas do processo de reforma da área do Pelourinho e seu entorno.

É indiscutível a participação do governo na valorização de determinadas áreas, contribuindo para a especulação imobiliária e ignorando qualquer tipo de política redistributiva, como seria sua obrigação fazê-lo, bem como dotar todos os territórios de serviços públicos indispensáveis.

Os reflexos desta distribuição sócio-espacial, baseada no capital e marcada pela omissão estatal, têm sido percebidos pela população sob a forma de uma sensação de insegurança que perpassa todas as camadas sociais, justificada não apenas pelas estatísticas policiais, mas alimentada pela ausência de serviços públicos essenciais, transformando assim o espaço urbano em território da violência, onde a criminalidade não é o único fator a ser considerado. Iluminação, coleta de lixo, pavimentação, saneamento básico, dentre outros, são serviços cuja precariedade concorre para a composição de um cenário de abandono e de insegurança, por significar que, naquele espaço, o poder público, responsável por regular as relações sociais, não se faz presente.

### **3. METODOLOGIA**

O objeto de estudo deste trabalho foi a área do Centro Antigo de Salvador, referente à poligonal de tombamento, estabelecida pelo IPHAN e pela UNESCO, e que compreende as sub-regiões do Santo Antônio / Carmo; Pelourinho / Sé; Misericórdia / Castro Alves e São Bento / Barroquinha).

Esta região, pelas suas características próprias, reconhecidas pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio artístico e cultural nos âmbitos nacional e mundial, representa o ponto turístico mais importante do estado, o que demanda da Administração Pública ações específicas que contemplem não apenas o *trade* turístico, mas os moradores que ainda permanecem na área. Assim, é imprescindível tentar compreender os fatores que produzem reflexos na violência urbana e na segurança pública naquele território, para uma aplicação mais racional dos recursos disponíveis.

Alguns dos fatores citados nesta pesquisa são de conhecimento notório dos soteropolitanos, pois ocorrem não apenas na poligonal de tombamento, mas em diversas outras áreas da cidade, em intensidades diversas. A coleta de material para

análise foi realizada através de entrevistas, análise documental e observação de fenômenos.

Para melhor compreender a dinâmica dos fatores que influenciam na segurança pública naquele, as entrevistas foram realizadas com representantes de alguns dos segmentos locais envolvidos direta ou indiretamente com o tema Segurança Pública. Muitas das informações fornecidas por estas fontes puderam ser confirmadas através da observação *in loco* daqueles fenômenos. Diversas visitas técnicas e levantamentos foram realizados, resultando na maior parte do material apresentado no item 4.

Foram entrevistados o Tenente Coronel Menezes, Comandante do 18º Batalhão da Polícia Militar; o Sr. Ednaldo Sá, representante da comunidade da Vila Nova Esperança; a Sra. Beatriz Lima, coordenadora do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador; o Dr. Hélio Jorge Paixão, Diretor do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil; Dra. Maritta Souza, Delegada Titular da DELTUR; Dra. Claudenice Maio, Delegada Titular da Delegacia para o Adolescente Infrator – DAI; e o Dr. Omar Leal, Delegado Titular da 1ª CP.

Por fim, para comparar a realidade captada através das entrevistas e da observação com a visão da polícia acerca da segurança pública no local, procedeu-se à análise documental dos dados estatísticos do Centro de Documentação e Estatística Policial – CEDEP, órgão da polícia civil, em cujo trabalho se baseiam os projetos e políticas da SSP no Estado, bem como do Disque Denúncia, serviço da mesma secretaria.

#### **4. A SEGURANÇA PÚBLICA NO CHS**

O fato de ser o principal ponto turístico de Salvador faz com que as ocorrências policiais registradas no CHS tenham uma repercussão mais ampla, com reflexos no turismo, no comércio local e na própria imagem da cidade. Somadas aos problemas sociais que assolam a região, compõem um cenário de abandono e de aparente ausência dos Poderes Públicos.

Certos aspectos não diretamente afetos à segurança, mas a outros setores da Administração Pública, produzem reflexos tão ou mais significativos na percepção da população quanto à segurança de determinada área quanto às estatísticas policiais. Trata-se de uma sensação de insegurança, resultante de uma

conjunção de fatores, que tende a impregnar a opinião pública, consolidando a imagem do local, quer positiva ou negativamente, como ocorre com o Centro Histórico de Salvador.

O próprio poder público torna-se responsável por tal estado de coisas, na medida em que tal sensação de insegurança é fruto da ausência do Estado, seja de forma direta, como na Segurança Pública, ou indireta na fiscalização das atividades privadas e das concessionárias de serviço público.

Dentre as ações no âmbito da SSP, destacam-se a criação do 18º Batalhão da Polícia Militar e da Delegacia de Proteção ao Turista – DELTUR, ambos no CHS. O 18º BPM surgiu em 1993 para garantir a segurança do local, adotando um modelo de Policiamento ostensivo que se caracterizava pela presença de um policial em cada esquina. Esta medida tornou a área do Pelourinho e Terreiro de Jesus, a mais policiada e segura da cidade, período em que o fluxo de turistas e visitantes era intenso.

Refletindo a importância estratégica do turismo e do CHS para o Governo do Estado, a Delegacia de Proteção ao Turista – DELTUR foi criada também na década de 1990, com atribuição de atuar em casos envolvendo turistas em toda capital e região metropolitana, tendo a sua sede estabelecida no Terreiro de Jesus.

É compreensível a expectativa da comunidade em relação à atuação das instituições policiais, sobre as quais recai toda a responsabilidade pela gestão da segurança pública, quando são, em verdade, co-responsáveis, ao lado da sociedade civil organizada e de outros órgãos das diversas esferas do poder público, cabendo a estes cuidar de áreas como saúde, educação, transporte, limpeza e iluminação pública, amparo social, dentre outras.

Uma análise superficial ou leiga é incapaz de compreender a relação existente entre estes serviços públicos essenciais, indispensáveis na formação da cidadania, e a Segurança Pública. Esta deve ser entendida como resultado da conjunção das ações destes segmentos e da própria sociedade como forma de enfrentar as causas deste complexo fenômeno social que é a violência urbana. A compreensão dos mecanismos que estão na base da violência e, principalmente, dos fatores que servem de catalisadores para o seu crescimento no espaço urbano é imprescindível para se determinar a capacidade da Polícia de enfrentar este fenômeno e se delimitar e definir os papéis e as responsabilidades de cada órgão público e da própria sociedade.

#### 4.1 FATORES DE INSEGURANÇA

Os principais fatores que influenciam na percepção de insegurança na região do Centro Histórico de Salvador, de acordo com esta pesquisa, estão relacionados a seguir:

a) Assédio dos ambulantes, pedintes e “flanelinhas”.

Já no acesso ao Centro Histórico, os visitantes são abordados em seus veículos por “flanelinhas” ou “guardadores” com o objetivo de indicar os locais de estacionamento. São adolescentes ou jovens adultos do sexo masculino que, de forma insistente e agressiva, cobram pagamento pelo “serviço” de “cuidar” do veículo enquanto estacionado, nos mesmos moldes do que acontece em outras regiões da cidade. Eles abordam os motoristas oferecendo vagas, chamando com gestos ou até mesmo perseguindo os veículos para que o condutor aceite a oferta. Os valores cobrados são diferenciados, variando entre R\$ 2,00 (dois) a R\$ 10,00 (dez) reais.

Ao chegar à Praça Municipal, Praça da Sé, Terreiro de Jesus ou Largo do Pelourinho, após ser achacado pelos “guardadores”, o turista ou freqüentador torna-se alvo dos pedintes. Proliferam pelo local pessoas de ambos os sexos, crianças, adolescentes, jovens adultos e idosos, que à noite dormem sob as marquises e durante o dia vivem da mendicância, abordando os freqüentadores em todos os locais, inclusive no interior dos estabelecimentos comerciais, em busca de comida e/ou dinheiro, muitas vezes em tom ameaçador. Estas crianças e adolescentes geralmente estão sob o efeito de drogas, adquiridas com o que conseguiram apurar, o que claramente se configura em situação de risco, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Além dos turistas e de outros freqüentadores, para estas pessoas, muitas das quais passam boa parte do dia embriagadas, há também um outro atrativo: a distribuição diária de comida na Igreja de São Francisco. São 120 pessoas que recebem, de segunda a sexta-feira, café da manhã e almoço, distribuídos às 07:00h e 11:00h, respectivamente, no refeitório da Igreja. Em que pese o caráter beneficente destas ações, não se pode ignorar que os aspectos aqui citados, somados ao abandono de diversos imóveis, tema será tratado adiante, tornam a região um pólo de atração de “moradores de rua”, situação que concorre para a

sensação de insegurança. Ressalte-se que se trata de uma simples constatação, sem a pretensão de tecer críticas quanto ao referido trabalho voluntário.

Estes pedintes e moradores de rua, por serem socialmente vulneráveis, estão à mercê do recrutamento (compulsório ou não) pela marginalidade que atua no local, especialmente as crianças e adolescentes no que se refere ao tráfico de drogas. Pela sua inimputabilidade penal são peças importantes da distribuição da droga no local, como se verá adiante.

Os ambulantes adotam uma postura menos agressiva, mas insistente, espalhando-se pela área do Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho, principalmente. Não se percebe qualquer tipo de controle ou fiscalização, seja quanto ao local, seja quanto às pessoas. Ressalte-se que o comércio informal, por si só, não é nocivo, pelo contrário, desde que cadastrado, regulamentado e fiscalizado, inclusive com capacitação dos vendedores, pode se tornar uma atividade interessante para o turismo, pelo seu apelo popular, característico da região, algo que é buscado pelos turistas.

Tal situação de descontrole e falta de fiscalização constrange os freqüentadores e, em alguns casos, faz com que os mesmos se sintam ameaçados pela postura intimidativa destas pessoas. Segundo depoimento informal de vendedor ambulante não credenciado, que não concordou em conceder entrevista, geralmente eles conseguem ganhar entre R\$ 20,00 (vinte reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais) nas vendas diárias, dependendo da estação. Todavia, como alguns deles são viciados, acabam por gastar tudo que ganham com as drogas.

#### b) Iluminação pública e cênica deficientes.

A iluminação pública é falha, tanto nas vias quanto nos monumentos e prédios históricos. No primeiro caso, esta deficiência reflete diretamente na segurança pública, pois é cediço que locais menos iluminados apresentam maior probabilidade de incidência de delitos.

Os monumentos e prédios históricos carecem de um projeto que padronize a iluminação cênica e realce as suas características.

Verifica-se que os comerciantes, por outro lado, tentam suprir estas carências com recursos próprios, iluminando as fachadas e a área em volta dos seus estabelecimentos, o que termina gerando uma “concorrência” com a já precária

iluminação pública e cênica, não surtindo o efeito desejado. Ressalte-se que já foi iniciada a implantação de um projeto específico para este fim.

#### c) Prostituição.

Na região, existem alguns grupos de profissionais do sexo que atuam principalmente nas Praças da Sé, Quincas Berro D'água e Pedro Archanjo. O grupo que se situa na Praça da Sé parece ser composto por mulheres mais velhas, enquanto que os demais são formados por garotas mais jovens.

De acordo com informações obtidas na DELTUR, não há registro de ocorrências envolvendo estas pessoas em delitos ou assédio a transeuntes. A presença delas, entretanto, causa constrangimento aos freqüentadores, especialmente pelas vestimentas. Provoca também uma sensação de insegurança, pois estão presentes, também, os agenciadores, o que pode gerar algum tipo de violência, além do que as pessoas que buscam estes profissionais são, geralmente, de um nível social mais baixo, afugentando as famílias.

Dados obtidos na 1ª Circunscrição Policial, entretanto, dão conta de que há registros de tumultos e vias de fato envolvendo prostitutas e seus clientes em virtude do não pagamento dos valores acordados. Em alguns casos, o cliente é dopado por meio de substâncias psicoativas misturadas à sua bebida, vindo a adormecer, oportunidade em que a prostituta facilmente subtrai dinheiro e outros objetos de valores, modalidade conhecida como "boa-noite cinderela". Ressalte-se que em muitos casos os turistas são abordados no CHS, mas o delito se consuma, de fato, em outros bairros, como na Barra, nos quartos de hotéis e de pousadas.

Ainda que não se envolvessem em delitos, a presença de prostitutas no principal ponto turístico de Salvador incentiva o turismo sexual e promove a imagem da cidade como pólo de atração desta indesejada modalidade, que termina por estimular outras atividades ilícitas correlatas, como o tráfico de drogas e de pessoas e a prostituição infantil.

#### d) Estacionamentos irregulares.

A não observância quanto aos locais permitidos para estacionamento e trânsito de veículos contribui significativamente para a percepção de desordem e

omissão da Administração Pública no local. A atuação do órgão responsável é deficiente não apenas na fiscalização das áreas de estacionamento, mas no disciplinamento do fluxo de tráfego, o que poderia facilitar o acesso ao CHS. A dificuldade de estacionamento e de acesso constitui-se em entrave para atração de turistas e visitantes, aspecto fundamental para o crescimento do comércio local e revitalização da área. Por outro lado, os moradores, que hoje representam um aspecto importante do projeto governamental para o CHS, são igualmente prejudicados por tal situação. Ressalte-se que, em alguns casos, a obstrução de vias e calçadas pode dificultar o acesso de viaturas oficiais ou mesmo a atuação de agentes públicos.

e) Uso e ocupação desordenados do solo (invasões).

Fenômeno acompanhado passivamente pelos poderes públicos nas últimas décadas, a grande e desordenada concentração populacional em centros urbanos, produz, neste início de século, graves conseqüências para a segurança pública no Brasil.

Na segunda metade do século passado, o processo de industrialização atraiu milhões de brasileiros, que deixaram o interior para se estabelecerem nas periferias das grandes cidades, em invasões de terrenos públicos, que anos depois se transformaram em bairros. Isto traduz a ausência do Poder Público, na omissão quanto à fiscalização das áreas, quanto ao planejamento para a ocupação e, posteriormente, na ausência serviços públicos essenciais (não apenas segurança pública). Ressalte-se, por oportuno, que em alguns casos, a Polícia é o único braço do Estado a alcançar estas comunidades. Como não existe vácuo no poder, este foi assumido pela criminalidade, especialmente os traficantes, que passaram a estabelecer normas para os moradores, “proibindo” a prática de crimes contra o patrimônio, no sentido de “garantir proteção” aos mesmos, visando, em verdade, estabelecer uma rede de proteção contra a ação da Polícia. Por outro lado, a disposição desordenada das moradias (na sua maioria barracos), separadas por vias estreitas, sem numeração oficial, dificulta a atuação do aparato policial.

Na região do CHS foram identificadas três áreas com estas características: CHÁCARA SANTO ANTÔNIO; PILAR e VILA NOVA ESPERANÇA (ROCINHA). Em relação a esta última, já existe um projeto pronto para a

reurbanização do local. De acordo com informações do ER.CAS, se encontra em fase de estudos um projeto semelhante para a Chácara Santo Antônio. Quanto ao Pilar, as famílias serão remanejadas para imóveis que serão construídos nas proximidades do túnel Américo Simas, o que possibilitará a retirada das habitações ali existentes e a limpeza da encosta. São medidas positivas e de inclusão social, entretanto, o investimento do Estado nestes projetos terá sido inútil se não houver fiscalização do uso do solo, antes, durante e depois de concluídos, para impedir que novas construções sejam erguidas de forma irregular.

f) Imóveis abandonados.

O primeiro levantamento de imóveis com risco de desabamento, realizado pela Defesa Civil no CHS, se deu na década de 1970, resultando no escoramento emergencial daqueles que se encontravam em piores condições. Em 1994, novo levantamento, identificou 159 imóveis nesta situação. Em 1997, o trabalho foi atualizado, não revelando alterações significativas. Em 2006 a CODESAL vistoriou 414 imóveis, dos quais 20% (ou 82 unidades) foram consideradas de alto risco para moradores e transeuntes. Outros 46 (11%) representam perigo não imediato, enquanto que 92 (22%) apresentam risco menos acentuado. Os demais 194 foram recuperados pelos proprietários ou são ruínas sem risco de desmoronamento.

Muitos imóveis foram abandonados por seus donos por possuírem dívidas fiscais elevadas, outros já sofreram desabamentos ou incêndios parciais. A dificuldade e as limitações para se promover reformas nos mesmos, por se tratarem de bens tombados, também desencorajam os proprietários a investirem no imóvel. Muitos optam por simplesmente abandoná-los.

Estes prédios abandonados, muitos em condições precárias, também favorecem a atuação da marginalidade, servindo de abrigo para usuários e traficantes, além de ser um convite à invasão por parte de moradores de rua.

g) Coleta e Reciclagem de lixo.

Na área do Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho há coleta regular do lixo, bem como lavagem periódica das vias. Entretanto, em algumas ruas localizadas no entorno, a inconstância deste serviço, aliada à ausência de recipientes

apropriados para o seu armazenamento e à ação dos coletores de material para reciclagem produzem cenas dignas de abandono e degradação.

Foram identificados no CHS vários pontos de recebimento de materiais recicláveis, constituindo os imóveis nos quais funcionam em verdadeiros depósitos de lixo. Tal atividade envolve um número considerável de pessoas (são cerca de 180 catadores de lixo espalhados por todo centro, sendo que apenas 46 são moradores), não podendo, portanto, ser desprezada do ponto de vista social e de geração de renda. Entretanto, como já repetido neste trabalho, percebe-se a ausência de fiscalização, produzindo alguns reflexos negativos, que se contrapõem aos benefícios da reciclagem.

O lixo produzido pelos moradores e estabelecimentos comerciais, acondicionados em recipientes e locais determinados para a coleta urbana, é vasculhado, em busca de materiais para reciclagem. Tais ações deixam o local poluído e dificultam o trabalho de limpeza urbana.

Muitos casarões têm sido utilizados para esta atividade, transformando-se em verdadeiros depósitos de lixo, dando um aspecto de degradação ao local. As más condições de armazenamento deste material, por outro lado, representam riscos de incêndio e à saúde pública.

Segundo informações coletadas, muitos dependentes estariam trabalhando na reciclagem do lixo para sustentar o vício, principalmente do “crack”. Os traficantes ficam aguardando próximo aos locais de reciclagem para receber o pagamento. Muitas destas pessoas são egressas do Sistema Prisional, constituindo um grupo mais vulnerável à ação dos traficantes e da marginalidade em geral.

Em que pesem os potenciais benefícios da reciclagem para o meio ambiente e para as famílias que dela retiram o seu sustento, trata-se, nos moldes como vem sendo desenvolvida, representa mais um segmento do ciclo vicioso que envolve a permissividade do Poder Público, a vulnerabilidade da população local e o tráfico de drogas.

#### h) Crianças e adolescentes em situação de risco.

Muitos atuam como pedintes e “guardadores” de carro. Geralmente estão sob o efeito de drogas, adquiridas com o que conseguiram apurar. De acordo com a Delegada Titular da DELTUR, foi possível identificar que alguns são oriundos de

famílias residentes em outros bairros distantes do CAS. Mesmo entregues aos pais, retornam ao CHS, onde pernoitam sob as marquises, em situação de risco, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ressalte-se que apesar desta situação de risco, na Delegacia do Adolescente Infrator – DAI, não há registros significativos de ocorrências policiais envolvendo os mesmos.

i) Consumo e tráfico de drogas.

O consumo e o tráfico de drogas no CAS apresentam características peculiares em relação a outros pontos da cidade. No que se refere ao consumo, chama a atenção à facilidade com que é possível se flagrar viciados utilizando drogas nas imediações do CHS. Esta visibilidade é acentuada durante os shows que são realizados Escadaria do Paço e na Praça do Reggae. Mesmo o tráfico é claramente percebido, principalmente o de “crack”. Há muitos pontos de venda de drogas, sendo possível, inclusive, perceber a expectativa e inquietação de grupos de traficantes quando da passagem de veículos ou pedestres nas proximidades. Segundo a Sra. Beatriz Lima, Coordenadora do Escritório de Referência, tal fato, aliado à conduta agressiva de “flanelinhas” e ambulantes, concorre para o esvaziamento do local, pois cria a sensação de que todos ali são usuários ou traficantes.

De acordo com Dr. Hélio Jorge, Diretor do DENARC, o tráfico de drogas no CHS caracteriza-se por ser pulverizado em diversos pontos, dominados por diferentes traficantes. Ao contrário do que se verifica em outras regiões da cidade e na RMS, de maneira geral, não existe grande rivalidade entre os traficantes. Estes movimentam, individualmente, um volume relativamente pequeno de drogas e dinheiro, não sendo considerados grandes fornecedores. A droga é recebida de outros pontos da cidade e comercializada localmente, para os muitos dependentes químicos da região (em sua maioria, moradores de rua ou residentes de prédios invadidos), e também de fora, principalmente durante os eventos festivos como os da Terça da Benção. Sabe-se que ao tráfico está relacionada uma série de outros delitos, como homicídios. No CHS, isto ocorre principalmente em relação aos furtos e roubos, verificando-se que muitos deles são praticados por usuários para sustentar a sua dependência.

## 4.2 AS UNIDADES POLICIAIS QUE ATUAM NO CHS:

### a) 1ª Circunscrição Policial.

A poligonal de tombamento e a maior parte do Centro Antigo de Salvador estão inseridas na área da 1ª Circunscrição Policial, sediada no Complexo dos Barris. Esta corresponde às áreas de atuação do 18º Batalhão e da 2ª Companhia Independente de Polícia Militar.

A exemplo de outras unidades policiais, a Delegacia da 1ª CP apresenta superpopulação carcerária, déficit no seu quadro de pessoal, carência de equipamentos e má conservação estrutural. Somados à grande extensão territorial, tem-se comprometida significativamente a qualidade do trabalho de polícia judiciária, refletindo, ainda na atuação da DELTUR, como se verá a seguir.

### b) Delegacia de Proteção ao Turista – DELTUR.

Em Salvador e Região Metropolitana existe apenas uma DELTUR, que é também a única Delegacia do CHS, o que tem gerado algumas distorções no seu funcionamento e de algumas Circunscriçoes. A DELTUR vem atuando como Delegacia de bairro, atendendo não apenas aos turistas, mas também à população local, nos casos que requerem uma ação imediata, pois muitos moradores vêem a DELTUR como a Delegacia do Centro Histórico e exigem o atendimento policial. Por outro lado, o fato de estar localizada no centro da cidade dificulta o acesso dos turistas quando o fato ocorre em bairros mais distantes, como Itapoan, por exemplo, onde é intenso o fluxo de visitantes. Nestas situações, via de regra, o turista dirige-se à 12ª CP, onde o atendimento é prestado, mesmo não se tratando de uma Delegacia Especializada, pois, na maioria dos casos, a vítima teve todos seus objetos subtraídos, não dispondo de meios para se deslocar até a DELTUR.

### c) 18º Batalhão de Polícia Militar.

Criado em 06 de maio de 1993, através do Decreto nº. 2.106, o 18º BPM notabilizou-se pela metodologia de policiamento adotada no CHS em meados da década de 90, com o emprego um policial por esquina. À época, a região tornou-se

a mais policiada da cidade, garantindo as condições necessárias para a implantação do projeto, então em vigor, de destinação comercial dos imóveis, compondo uma espécie de shopping a céu aberto. Na ocasião, o 18º BPM contava com 790 policiais e 22 viaturas para atender a uma área compreendida entre o Largo do Santo Antônio além do Carmo e a Praça Castro Alves. Anos depois, a sua área de atuação foi aumentada significativamente, sem que houvesse o correspondente reforço do contingente policial. Ao contrário, acompanhando a tendência da corporação, cujo efetivo total diminuiu nos últimos anos, o 18º BPM conta, hoje, com apenas 358 policiais ou 45% (quarenta e cinco por cento) do seu contingente original, e metade das viaturas (onze) de que dispunha em 1993. O aumento da área de atuação e a diminuição do efetivo é uma conjunção de fatores que por si seriam suficientes para traçar um cenário da segurança pública no local. Visando diminuir esta deficiência e modernizar a unidade, otimizando a atuação do policiamento ostensivo, em 2006 foi instalada na sede do Batalhão o sistema de monitoração por câmeras.

A sede do 18º BPM é um prédio tombado, cedido pela Prefeitura Municipal de Salvador, datado de 1911, que apresenta as mesmas dificuldades de manutenção que outros imóveis do local. Uma reforma estava prevista para 2003, mas até a presente data não foi realizada.

O 18º BPM é formado por 06 Companhias, sendo uma de policiamento motorizado e cinco de ostensivo a pé:

- 1ª CIA: Do largo de Santo Antônio á Rua Chile, correspondendo à área do CHS;
- 2ª CIA: Aquidabã, Baixa dos Sapateiros, Mouraria, Terminal de ônibus da Barroquinha, Largo do Gravatá, Rua da Independência, Av. Joana Angélica;
- 3ª CIA: Praça Castro Alves, Carlos Gomes, Rua do Sodré, Largo 2 de Julho, Largo dos Aflitos;
- 4ª CIA: Av. 7 de Setembro, Praça da Piedade, Rua Direita da Piedade;
- 5ª CIA: Corredor da Vitória, Campo Grande, Araújo Pinho, João das Botas, Forte de São Pedro e Gamboa de Cima.

Estas regiões correspondem à subárea A da AISP 2 (Áreas Integradas de Segurança Pública).

Na área do 18º BPM existe uma grande concentração de lojas e de instituições financeiras, o que requer uma atenção especial no aparelhamento das guarnições no que se refere ao armamento, munição e outros materiais. Neste

aspecto, assim como em outros já abordados, existe uma defasagem considerável, o que compromete a eficiência do policiamento.

## 5. ESTATÍSTICAS POLICIAIS

Não há dados específicos de ocorrências policiais referentes à poligonal de tombamento, pois a mesma não corresponde a unidades da Polícia Civil ou da Polícia Militar. Assim, tomamos como base os números da 1ª Circunscrição Policial que engloba todo Centro Antigo de Salvador.

A análise dos dados não sustenta ou justifica a sensação de insegurança sentida por moradores e freqüentadores, que, por via de consequência tem afastado os turistas do local. Tal conclusão ganha ainda mais força levando-se em consideração que dentro da área da 1ª CP, a região da poligonal de tombamento, onde estão localizados os pontos turísticos como Terreiro de Jesus e Largo do Pelourinho, é mais policiada que as outras localidades daquele território.

Com efeito, ainda que se reconheçam as deficiências do policiamento no local, tanto ostensivo quanto investigativo, as estatísticas apontam para um território de menor violência, onde os crimes contra o patrimônio, especialmente sem violência contra a pessoa, são mais comuns.

| ÁREAS DE CP                     | HOMICIDIO DOLOSO | TENTATIVA DE HOMICIDIO |
|---------------------------------|------------------|------------------------|
| 1ª C P - CENTRO                 | 41               | 24                     |
| 2ª C P - LAPINHA                | 132              | 77                     |
| 3ª C P - BONFIM                 | 94               | 72                     |
| 4ª C P - SÃO CAETANO            | 141              | 69                     |
| 5ª C P - PERIPERI               | 220              | 127                    |
| 6ª C P - BROTAS                 | 88               | 66                     |
| 7ª C P - RIO VERMELHO           | 67               | 43                     |
| 8ª C P - CIA                    | 127              | 23                     |
| 9ª C P - BOCA DO RIO            | 65               | 44                     |
| 10ª C P - PAU DA LIMA           | 177              | 109                    |
| 11ª C P - TANCREDO NEVES        | 244              | 187                    |
| 12ª C P - ITAPOÃ                | 140              | 60                     |
| 13ª C P - CAJAZEIRAS            | 106              | 62                     |
| 14ª C P - BARRA                 | 9                | 6                      |
| 16ª CP - PITUBA                 | 3                | 8                      |
| 28ª C P - NORDESTE DE AMARALINA | 73               | 55                     |
| <b>Salvador</b>                 | <b>1.727</b>     | <b>1.032</b>           |
| <b>FONTE: CEDEP</b>             |                  |                        |

**GRÁFICO:** 01 de 02

**ASSUNTO:** Estatística de homicídio doloso e tentado em Salvador/2008.

**FONTE:** CEDEP

Foram elencados os tipos penais considerados mais significativos para determinação dos índices de violência na cidade, os quais também são considerados como parâmetro para as ações governamentais, quais sejam: Homicídios consumados e tentados, roubos a coletivos, subtração de veículos (furto e roubo), furto simples e roubos a transeuntes.

De acordo com os dados dos CEDEP, naquela região ocorreram 41 homicídios consumados em 2008, ou 2,37% do total, e 24 tentativas de homicídio, que corresponde a 2,33%, posicionando a área em 14º e 13º lugares, respectivamente, entre todas as circunscrições policiais da capital.

Quando se analisam os crimes contra o patrimônio, percebe-se uma mudança no panorama. Em 2008, naquela unidade territorial foram registrados 164 roubos a coletivos, ou 7,45% de um total de 2.200 ocorridos naquele ano. Este quantitativo coloca a região como a 6ª de maior incidência deste tipo de delito. Em relação à subtração de veículos (roubos e furtos) o local é o 10º, com 5,6% dos casos. Entretanto, analisando-se separadamente furtos e roubos de veículos, verifica-se que proporcionalmente há mais furtos do que roubos na região (10% e 4,04% do total, respectivamente), reforçando a tese de uma maior incidência de delitos praticados sem violência contra a pessoa.

| ÁREAS DE CP                     | ROUBO A ONIBUS | SUBTRAÇÃO DE VEÍCULOS |                  |              | FURTOS        | ROUBO A TRANSEUNTE |
|---------------------------------|----------------|-----------------------|------------------|--------------|---------------|--------------------|
|                                 |                | FURTO DE VEICULO      | ROUBO DE VEICULO | SUBTRAÇÕES   |               |                    |
| 1ª C P - CENTRO                 | 164            | 180                   | 172              | 352          | 4.413         | 3.062              |
| 2ª C P - LAPINHA                | 122            | 139                   | 243              | 382          | 1.716         | 1.782              |
| 3ª C P - BONFIM                 | 96             | 259                   | 206              | 465          | 2.689         | 3.197              |
| 4ª C P - SÃO CAETANO            | 229            | 87                    | 287              | 374          | 994           | 1.213              |
| 5ª C P - PERIPERI               | 232            | 39                    | 186              | 225          | 1.822         | 1.645              |
| 6ª C P - BROTAS                 | 224            | 161                   | 367              | 528          | 1.585         | 1.903              |
| 7ª C P - RIO VERMELHO           | 139            | 85                    | 158              | 243          | 1.385         | 732                |
| 8ª C P - CIA                    | 64             | 20                    | 156              | 176          | 455           | 184                |
| 9ª C P - BOCA DO RIO            | 126            | 156                   | 572              | 728          | 1.324         | 1.586              |
| 10ª C P - PAU DA LIMA           | 212            | 81                    | 426              | 507          | 1.347         | 1.340              |
| 11ª C P - TANCREDO NEVES        | 136            | 88                    | 379              | 467          | 1.462         | 2.012              |
| 12ª C P - ITAPOÁ                | 224            | 137                   | 694              | 831          | 2.628         | 2.722              |
| 13ª C P - CAJAZEIRAS            | 109            | 30                    | 165              | 195          | 845           | 634                |
| 14ª C P - BARRA                 | 50             | 89                    | 89               | 178          | 1.504         | 757                |
| 16ª CP - PITUBA                 | 58             | 203                   | 423              | 626          | 2.814         | 895                |
| 28ª C P - NORDESTE DE AMARALINA | 15             | 15                    | 3                | 18           | 340           | 227                |
| <b>Salvador</b>                 | <b>2.200</b>   | <b>1.769</b>          | <b>4.526</b>     | <b>6.295</b> | <b>27.323</b> | <b>23.891</b>      |

FONTE: CEDEP

**GRÁFICO:** 02 de 02

**ASSUNTO:** Estatística de roubo em ônibus e roubos e furtos de veículos em Salvador/2008.

**FONTE:** CEDEP

Os dados revelam que as maiores incidências na região são de furtos simples (subtração de bem móvel sem violência contra a pessoa) e de roubos a transeuntes. Naquele quesito, a 1ª CP foi responsável por 16,15% dos registros, ou 4.413 casos, de um total de 27.323 furtos ocorridos na capital em 2008. Em relação aos roubos a transeuntes, a 1ª CP registrou 3.062 delitos, ou 12,8% do total, representando a segunda maior incidência, menor apenas que a 3ª CP (Bonfim).

## **6. CONCLUSÃO**

Os fatores elencados neste trabalho, em grande parte gerados pela deficiência na atuação do poder público, produzem uma percepção de insegurança que vem se consolidando gradualmente perante a opinião pública, apesar de não serem diretamente afetos à atuação policial, mas envolverem questões de cunho social e administrativo. Chama a atenção, em muitas delas, o envolvimento de crianças e adolescentes em situação de risco, representando o que parece ser um dos principais problemas a serem enfrentados. Percebe-se, de forma geral, que estas pessoas pertencem a grupos socialmente vulneráveis, razão pela qual a abordagem a ser dada não pode restringir-se apenas a ações policiais.

Os problemas aqui estudados não são exclusivos no CHS, mas recorrentes em outros pontos de Salvador. Eles, entretanto, ganharam intensidade, impulsionados pela presença dos turistas e pela política equivocada de ocupação urbana adotada nas últimas décadas. Por se tratar do principal ponto turístico do Estado para ele convergem as atenções da mídia, a qual repercute de forma desproporcional ocorrências que em outros locais sequer são reportadas.

O conjunto destes fatores forma um cenário de abandono, de ausência do Poder Público que concorre para uma percepção subjetiva de insegurança. Esta, por sua vez, se constitui em um ciclo vicioso alimentado pelo medo, que resulta em um crescente esvaziamento do local, como temos visto desde o final das primeiras etapas de revitalização em meados da década de 1990. Ainda assim, diferente do que ocorreria se tal fenômeno se verificasse em outra área da cidade, o policiamento permanece visível e atuante, ainda que menor proporção.

As estatísticas policiais retratam um território em que não se registram graves crimes contra a pessoa, contraditoriamente ao que vem se verificando em Salvador nos últimos anos, quando os índices de homicídios apresentaram crescimento vertiginoso. Por outro lado, índices relevantes de furtos e roubos a

transeuntes, especialmente no entorno da poligonal de tombamento, região com grande fluxo de pessoas, associados ao crescente e visível consumo de drogas na poligonal de tombamento, concorrem percepção generalizada de insegurança que acomete os freqüentadores do local.

Conclui-se que a segurança pública no CHS, mais que uma questão policial, representa um desafio para o Estado e para a sociedade civil organizada. As situações de violência retratadas neste trabalho, em sua maior parte, não são diretamente afetadas ao trabalho policial, mas a outros órgãos públicos. Uma nova abordagem destes temas, por outro lado, depende necessariamente da participação da sociedade. Assim, a Segurança Pública no CHS não pode ser reduzida à atuação policial, mas constitui um complexo problema de cunho predominantemente social, cuja resolução requer a mobilização e participação da comunidade e do Estado como um todo.

## 7. REFERÊNCIAS

- SANTOS, Milton. **Território e cidadania**. In O espaço do cidadão. São Paulo: Edusp, 2007.
- FERREIRA, Ignez Costa Barbosa e outros *in* PAVIANI, Aldo. **Território da Violência: um olhar geográfico sobre a violência**. Brasília: **Dimensões da violência urbana**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2005.
- Urbanização, desenvolvimento e dependência**. In: CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- DELMANTO, Celso e outros. **Código penal comentado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Perspectiva da inovação da polícia**. Nova Polícia. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- DA SILVA, Jorge. **Criminologia Crítica – Segurança Pública e Polícia**. Rio de Janeiro. Forense, 2008.
- DORNELLES, João Ricardo W. **Conflitos e Segurança (Entre pombos e falcões)**. Rio de Janeiro, 2003.
- INSTITUTO CARIOCA DE CRIMINOLOGIA. **Crime, Direito e Sociedade**. Rio de Janeiro, 2002.
- MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas: Segurança pública e polícia em São Paulo**. São Paulo (1983-1990).
- MINGARDI, Guaracy. **O estado e o crime organizado - São Paulo**. IBCCrim, 1998.
- NEVES, Paulo Sérgio da Costa. **Política e Democracia: Desafios á Educação em Direitos Humanos**, (org) Recife: Gajop; Bagaço, 2002.
- OLIVEIRA, Nilson Vieira. **Insegurança Pública, reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana/ org. Nilson Vieira Oliveira/ São Paulo: Nova Alexandria, 2002.**
- DA SILVA, Jorge. **Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro, Forense, 1999.
- ZAVERUCHA, Jorge. **Política de Segurança Pública: Dimensão da Formação e Impactos Sociais**, (org). Recife – Pernambuco, 2002.
- CAPELLA, Juan Manuel. **Os cidadãos cervos**. Sérgio Fabris, Porto Alegre, 2000.
- HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- OLIVA, Alberto. **A solidão da cidadania**. São Paulo, Senac, 2000.

PEREIRA E SILVA, Reinaldo (org). **Direitos Humanos como educação para a justiça**. L Tr, São Paulo, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2a. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 382p.

-----. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo. 8ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1991. 280p.

-----. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 10a. Ed. Rio de Janeiro: Graal. 1992. 295p.